



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

30/08/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – Os dez dias que abalam o Brasil



A Revolução Russa de outubro de 1917 mudou a história da humanidade. Os acontecimentos que antecederam à queda do regime czarista foram registrados por John Reed na obra “Dez dias que

abalam o mundo”. De hoje, 30 de agosto, quando o plenário do Senado decidirá o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, até o dia 8 de setembro – quando a assembleia de acionistas definirá os destinos da Oi, a maior operadora de telecomunicações do país -, também serão dez dias decisivos que poderão marcar profundamente e negativamente a história do Brasil.

Ao contrário daqueles dias gloriosos, passaremos, pelo que tudo indica, por situações vexaminosas. Em primeiro lugar, num “julgamento” de cartas marcadas em relação à presidenta Dilma. Em segundo lugar, na assembleia de acionistas da Oi, marcada para o dia 8 de setembro.

Sem nenhum crime de responsabilidade da presidenta, fato largamente atestado por vários juristas e pelo Ministério Público Federal, os senadores rasgam mais de 54 milhões de votos para viabilizar os interesses de uma elite reacionária que não aceita que um nordestino retirante governe o país. Não aceitam que uma mulher que foi presa e torturada por defender a democracia, conclua o seu mandato. E logo depois

do golpe, continuarão vilipendiando a Constituição, agora retirando os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais consolidados no artigo 7º da Lei Maior. Será o fim do aumento real para o salário mínimo combinado com o aumento de idade para a aposentadoria.

A assembleia da Oi no dia 8 de setembro colocará no ringue grupos que não têm nenhum interesse em resgatar a empresa do buraco no qual foi colocada. Um grupo é produto de uma articulação do Fundo Societé Mondiale (liderado pelo empresário Nelson Tanure, especialista em enxugar empresas e tirar o máximo para si, como fez com os jornais Gazeta Mercantil e o JB) e o fundo norte-americano, Pointstate Capital LP. Do outro lado, liderado pelo Grupo Pharol, estão os atuais administradores, responsáveis diretos pela dívida de mais de R\$ 65 bilhões. E no que deveria ser o papel do juiz, a Anatel, sentada em uma cadeira dentro da arena, como se não tivesse nenhuma responsabilidade em relação ao processo.

Serão dez dias duríssimos que trarão consequências graves para o Brasil e para um setor estratégico como o das telecomunicações. Aos democratas restará absorvermos o espírito de luta dos bravos trabalhadores e trabalhadoras da Revolução de Outubro. Continuarmos resistindo para a construção de uma nação democrática, na qual os interesses e direitos sociais da maioria se sobreponham aos interesses mesquinhos de uma elite que, desde o “achamento” do Brasil em 1500, vive da exploração das nossas riquezas, da escavidão da massa trabalhadora, da subserviência aos interesses norte-americanos.

Podemos perder essas batalhas, mas, com luta, a democracia será reconstruída.

Instituto Telecom, Terça-feira, 30 de agosto de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

30/08/2016 - Instituto Telecom

MCTIC se posiciona sobre Novo Modelo, situação da Oi e prevê concentração de mercado

O Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) soltou nota em que comenta a visita do presidente da Oi, Marco Schroeder, ao ministro Gilberto Kassab. A nota é importante porque pontua uma série de posições do ministério sobre questões que estão em curso, e que em alguns casos inclusive transcendem as dificuldades da operadora.

Pela primeira vez, o MCTIC coloca um cenário de três operadoras no mercado brasileiro (hoje há três grupos atuantes em todos os mercados, mais TIM e Nextel atuando preponderantemente em mobilidade). A preocupação manifestada pelo MCTIC é apenas para que não haja uma consolidação levando a duas empresas. “Esse mesmo conjunto de medidas deverá possibilitar a manutenção de pelo menos três grandes grupos de prestadores de serviços de telecomunicações no Brasil, capazes de competir efetivamente uns com os outros, o que constitui o mínimo recomendável para manter a competição efetiva em prol do usuário, e com a segurança legal para seguirem atraindo investimento nacional e estrangeiro”, diz o MCTIC, ressaltando que “a política do MCTIC não tenciona permitir, portanto, que haja uma consolidação dos vários prestadores de serviço hoje existentes em apenas dois grandes grupos de prestadores”.

Outro aspecto importante é a manifestação expressa de apoio ao PL 3.453/2015. “O MCTIC acompanha com interesse o PL N° 3.453, de 2015, do dep. Daniel Vilela, com o Substitutivo do relator, dep. Laercio Oliveira. Após os devidos trâmites, o Ministério espera que a Lei daí resultante atenda as demandas que buscam o aperfeiçoamento do modelo das telecomunicações em nosso país”.

A nota pede ainda que a Anatel introduza simplificações regulatórias. Segundo a nota, “o Ministério espera que a Anatel não apenas implemente o marco legal proveniente do PL N° 3.453, como introdu-

za, como já vem introduzindo, simplificações regulatórias tendentes a permitir competição adequada entre os serviços de telecomunicações e aqueles que são providos sobre a rede de telecomunicações”.

Também chama a atenção o fato de o MCTIC ter feito a vinculação do processo de mudança de modelo em curso à recuperação da Oi. Segundo a nota, “o MCTIC se debruça sobre a situação da Oi, e entende que existem vários elementos a serem considerados, como: (a) o desenlace do processo de Recuperação Judicial; (b) o estabelecimento de um novo modelo para as telecomunicações nacionais; e (c) a revisão das regras da Anatel que regem a prestação de serviços de telecomunicações”.

Em relação à situação da operadora, o MCTIC diz que “acompanha com atenção especial a evolução do plano de recuperação da empresa”, e considera que o “escoamento de tráfego de telecomunicações de quase metade dos municípios do Brasil se dá exclusivamente sobre a rede da Oi”.

Confira a íntegra da nota do MCTIC:

“O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Gilberto Kassab, recebeu na manhã de hoje (29/08), o presidente da Oi, Marco Schroeder, e os diretores de Assuntos Institucionais e de Política Regulatória e Setorial, respectivamente Carlos Eduardo Monteiro de Moraes Medeiros e Roberto Blois.

Na audiência, Schroeder afirmou que o processo de recuperação financeira da concessionária, aprovada pela Justiça, está se desenvolvendo de forma positiva. Como a concessionária tem uma função estratégica no sistema de telecomunicações nacional, pois a rede da Oi atende mais de 4,5 mil cidades brasileiras, o MCTIC acompanha com atenção especial a evolução do plano de recuperação da empresa para garantir o direito dos usuários e dar segurança aos seus investidores.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

A seguir, as considerações do MCTIC sobre a situação da Oi e o setor de telecomunicações:

O MCTIC, em permanente diálogo com a Anatel, acompanha com atenção o desenvolvimento da situação da Oi, concessionária de Serviço Telefônico Fixo Comutado em todo o território brasileiro, exceto o Estado de São Paulo.

Essa atenção é tanto maior quando constata que o escoamento de tráfego de telecomunicações de quase metade dos municípios do Brasil se dá exclusivamente sobre a rede da Oi. Ou seja, nesses casos, o acesso e a navegação na Internet, o envio e recebimento de mensagens, e a comunicação de voz fixa e de celular, dependem exclusivamente da transmissão via rede da Oi.

O MCTIC, observando a Lei Geral de Telecomunicações, considera fundamental que haja serviços de telecomunicações adequados em todos os estados e municípios do território nacional, e atuará, no que lhe compete, para que assim seja.

O MCTIC se debruça sobre a situação da Oi, e entende que existem vários elementos a serem considerados, como: (a) o desenlace do processo de Recuperação Judicial; (b) o estabelecimento de um novo modelo para as telecomunicações nacionais; e (c) a revisão das regras da Anatel que regem a prestação de serviços de telecomunicações.

O MCTIC espera que a Oi saia da Recuperação Judicial em que se encontra na melhor condição possível para atender adequadamente a população brasileira, com a questão da dívida equacionada.

O MCTIC acompanha com interesse o PL Nº 3.453, de 2015, do dep. Daniel Vilela, com o Substitutivo do relator, dep. Laercio Oliveira. Após os devidos trâmites, o Ministério espera que a Lei daí resultante atenda as demandas que buscam o aperfeiçoamento do modelo das telecomunicações em nosso país.

Finalmente, o Ministério espera que a Anatel

não apenas implemente o marco legal proveniente do PL Nº 3.453, como introduza, como já vem introduzindo, simplificações regulatórias tendentes a permitir competição adequada entre os serviços de telecomunicações e aqueles que são providos sobre a rede de telecomunicações.

Esse conjunto de medidas judiciais, legais e regulatórias, junto com as diretrizes de políticas dos serviços de telecomunicações deste Ministério, deverá dar tranquilidade ao usuário e ao investidor. Ao cidadão brasileiro, que necessita das telecomunicações para seu trabalho, para sua informação, como veículo de sua opinião e visão das coisas, e para seu lazer. Ao investidor, para que, com a segurança da estabilidade e justiça das regras, participe maciçamente dessa nova era das Telecomunicações do nosso país construindo infraestrutura adequada, serviços de qualidade, apropriados às mais diversas aplicações e aplicativos de interesse do cidadão.

Esse mesmo conjunto de medidas deverá possibilitar a manutenção de pelo menos três grandes grupos de prestadores de serviços de telecomunicações no Brasil, capazes de competir efetivamente uns com os outros, o que constitui o mínimo recomendável para manter a competição efetiva em prol do usuário, e com a segurança legal para seguirem atraindo investimento nacional e estrangeiro.

A política do MCTIC não tenciona permitir, portanto, que haja uma consolidação dos vários prestadores de serviço hoje existentes em apenas dois grandes grupos de prestadores.

O MCTIC nota, em particular, que o Novo Modelo eliminará dúvidas por ventura ainda existentes nas compras e aquisições de prestadoras de serviços de telecomunicações com respeito, por exemplo, à questão dos bens reversíveis e à incorporação da radiofrequência da prestadora adquirida”

Samuel Possebon, Teletime, 29 de agosto de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

29/08/2016 - Telesíntese

Após receber a Oi, Kassab descarta país com dois grupos de Telecom, mas aceita três

O Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Gilberto Kassab recebeu hoje, 29, pela manhã a diretoria da Oi. Em nota oficial, o Ministério apoia a aprovação do projeto de lei que acaba com as concessões de telefonia, mas afirma que "a política do MCTIC não tenciona permitir que haja uma consolidação dos vários prestadores de serviço hoje existentes em apenas dois grandes grupos de prestadores. Mas o "conjunto de medidas deverá possibilitar a manutenção de pelo menos três grandes grupos de prestadores de serviços de telecomunicações no Brasil"



O Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Gilberto Kassab recebeu hoje, 29, pela manhã a diretoria da Oi – o presidente Marco Schroeder, e os diretores de Assuntos Institucionais e de Política Regulatória e Setorial, respectivamente Carlos Eduardo Monteiro de Moraes Medeiros e Roberto Blois.

Como a sua agenda nunca é divulgada publicamente, os jornalistas só souberam da reunião pela nota oficial publicada posteriormente no sítio do ministério. E a nota reforça a reforma do Marco de Telecom, e apoio do governo Temer ao PL 3453, do deputado Vilela (PMDB/GO), que acaba com as concessões de telefonia e também com os bens reversíveis à União, além de transferir as frequências para a iniciativa privada transformando-as em licenças perpétuas.

Diz esperar que a Oi saia da recuperação judicial mais fortalecida, mas acompanha junto com a Anatel a situação da concessionária, pois sabe que "o escoamento de tráfego de telecomunicações de quase metade dos municípios do Brasil se dá exclusivamente sobre a rede da Oi. Ou seja, nesses casos, o acesso e a navegação na Internet, o envio e recebimento de mensagens, e a comunicação de voz fixa e de celular, dependem exclusivamente da transmissão via rede da Oi."

Afirma ainda que, além da mudança na Lei "espera que a Anatel não apenas implemente o marco legal proveniente do PL N° 3.453, como introduza, como já vem introduzindo, simplificações regulatórias tendentes a permitir competição adequada entre os serviços de telecomunicações e aqueles que são providos sobre a rede de telecomunicações.

E nega que o processo vá permitir que no final existam apenas dois grupos econômicos no setor – há rumores de que o governo poderia permitir que a América Móvil e a Telefônica comprassem a Oi fatiada -, mas admite que "conjunto de medidas deverá possibilitar a manutenção de pelo menos três grandes grupos de prestadores de serviços de telecomunicações no Brasil, capazes de competir efetivamente uns com os outros, o que constitui o mínimo recomendável para manter a competição efetiva em prol do usuário, e com a segurança legal para seguirem atraindo investimento nacional e estrangeiro."

Atualmente, há pelo menos quatro grupos nacionais competindo entre si: Três na telefonia fixa – mas quatro grandes grupos na telefonia móvel – América Móvil, Telefônica/Vivo; Oi e TIM.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

30/08/2016 - Carta Capital

Dilma: “Temer é coadjuvante, o líder é Cunha”

Não há como negar o protagonismo do ex-presidente da Câmara no processo de impeachment. Que espólio está reservado a ele?

Afastada do poder há mais de cem dias, Dilma Rousseff estava em sua 12ª hora de depoimento no Senado quando Cristovam Buarque assumiu o microfone do plenário para interpelá-la. Decidido a abraçar de vez a aventura do impeachment sem crime de responsabilidade, após meses “indeciso”, o parlamentar ignorou o esgarçado pretexto das pedaladas fiscais e a questionou sobre a escolha do peemedebista Michel Temer como seu vice. “O que ele teve de tão bom que quatro anos depois a senhora repetiu o nome dele como seu companheiro de chapa?”

De início, a presidenta esboçou um discurso pouco convincente sobre a boa impressão que nutria por seu vice, “o que havia de melhor no PMDB”, até perceber a conspiração na antessala. Em seguida, rememorou o episódio das gravações feitas por Sergio Machado, ex-presidente da Transpetro, que levou à queda de Romero Jucá, ministro relâmpago do governo provisório. Na conversa, a dupla discutia formas de “estacar a sangria” da Lava Jato. Em dado momento, Jucá deixa escapar um comentário revelador: “Michel é Cunha”.

“Ele queria dizer o quê?”, indagou Dilma para o plenário do Senado. “Michel Temer integra o grupo do deputado Eduardo Cunha. Quando o centro democrático vira golpista e conspirador, esse processo tem um líder. Acredito que Temer é um coadjuvante. O líder é ou era o Cunha”.

Não há como negar o papel decisivo do ex-presidente da Câmara. Três vezes réu no Supremo Tribunal Federal e recordista de inquéritos na Lava Jato, Cunha assegurou a sua própria sobrevivência política negociando a cabeça de Dilma. Com o poder de acolher ou rejeitar pedidos de impeachment protocolados na Casa Legislativa, cozinhou em banho-maria por meses tanto o governo petista quanto a oposição.

O peemedebista só acolheu a denúncia apresentada pelos advogados Miguel Reale Jr., Hélio Bicudo e Janaína Pascoal após a bancada do PT anunciar que votaria a favor da cassação de seu mandato no Conselho de Ética da Câmara. Um vício de origem sempre evocado pela defesa da presidenta afastada, e solenemente ignorado pela maioria parlamentar.

À época, alguns analistas chegaram a acreditar que o astuto enxadrista havia se precipitado. Sem esse trunfo nas mãos, como poderia salvar o pescoço? Ledo engano. Regente do chamado “Centrão” - bloco de partidos pequenos e médios movidos por interesses fisiológicos, outrora conhecido como “baixo clero” -, Cunha articulou uma espécie de venda cassada: a cabeça de Dilma em troca de sua própria absolvição.

Aliados próximos, como Paulinho da Força, do Solidariedade, e o peemedebista Osmar Serraglio, hoje presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, chegaram a falar abertamente em “anistia” como retribuição pelo impeachment da petista.

Hoje, não há a mais pálida sinalização de um desfecho do processo contra o peemedebista. Nos bastidores, o Planalto articula para postergar o máximo possível a votação no plenário da Câmara.

Sem meias palavras

Ciente de que o processo de impeachment chega à reta final praticamente definido, Dilma optou por fazer um discurso no Senado menos conciliador aos parlamentares que decidirão sobre seu afastamento e lançou mão de um tom de denúncia contra elites políticas, econômicas e setores da mídia. “Estamos a um passo de um verdadeiro golpe de Estado”.

Ao longo de discurso de cerca de 40 minutos, Dilma acusou a oposição ao seu governo de não respeitar o resultado das urnas e de semear a crise política. “Os partidos que apoiavam o candidato derrotado nas eleições fizeram de tudo para impedir a posse e estabilidade do meu governo. Pediram auditoria nas urnas, impugnaram minhas contas eleitorais e após a posse buscaram de forma desmedida quaisquer fatos que pudesse justificar um processo de impeachment”, afirmou.

As provas produzidas deixam claro que as acusações contra mim dirigidas são meros pretextos. São apenas pretextos para derrubar um governo legítimo, escolhido em eleição direta. São pretextos para viabilizar um golpe na Constituição”.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

29/08/2016 - Vermelho

Movimento social vê discurso de Dilma se aproximar do povo

O retrocesso imposto aos direitos sociais pelo governo interino de Michel Temer foi denunciado no Senado Federal nesta segunda-feira (29) pela presidenta Dilma Rousseff. Durante a sessão que julga o golpe, a presidenta eleita por 54 milhões de votos disse que o que está em jogo são as conquistas que beneficiaram os mais pobres, como as políticas que viabilizaram a casa própria e o direito da população à saúde. Para dirigentes do movimento social, a denúncia de Dilma repercutirá junto à população.



Manifestantes a caminho do Congresso Nacional denunciavam golpe nesta segunda-feira (29), em Brasília. Manifestantes a caminho do Congresso Nacional denunciavam golpe nesta segunda-feira (29), em Brasília.

“O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos da população, das pessoas mais pobres e da classe média; a proteção às crianças; os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas; a valorização do salário mínimo; os médicos atendendo a população; a realização do sonho da casa própria”, discursou Dilma.

Edson França, presidente da União de Negros pela Igualdade (Unegro), demonstrou entusiasmo com o discurso e a postura de Dilma durante esta segunda-feira. Ele está em Brasília e avaliou que no final deste dia haviam milhares de pessoas mobilizadas em frente ao Congresso Nacional para se solidarizar com Dilma.

“Foi um discurso de respeito mas muito duro onde ela colocou os pingos nos ‘is’”. Falou sobre o processo em si, revelou o significado político, apontou os grandes entraves ao seu governo e não titubeou em chamar o processo de golpe”, avaliou Edson.

Segundo o dirigente, a presidenta abriu possibilidades com a alternativa do plebiscito e ainda “colocou Eduardo Cunha no lugar em que ele merece”. Na opinião dele, o julgamento vai trazer à tona “os votos do ódio e da vergonha”.

Edson está convicto de que a presença de Dilma no

Senado reforça a denúncia do golpe, que também tem ganhado força fora do Brasil. Segundo Edson, a parcela que ainda não aderiu à luta contra o golpe vai se somar aos movimentos sindical e social.

“E vai ficar uma lição: a democracia tem que ser vigiada sistematicamente. É uma luta diária”, ressaltou.

Consciência

O presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Ronald Ferreira dos Santos, afirmou que a postura da presidenta Dilma reforça a luta contra o golpe e em defesa da democracia. Assim como Edson, Ronaldo elogiou Dilma.

“Ela trouxe nada mais nada menos do que exatamente o que está sendo golpeado além da democracia que são os direitos sociais com a limitação de gastos e a consequente liquidação dos direitos sociais”, observou Ronaldo.

Na opinião do gestor, Dilma tornou evidente as consequências do golpe. “Fica muito claro nas palavras de Dilma que consumado o golpe todas as regras estão comprometidas”, completou.

Para Ronald, a intervenção de Dilma pode impactar na qualidade da consciência do povo. “Talvez não mude o voto com condições suficientes mas dá qualidade diferente para chamar plebiscito e eleições, por exemplo”, destacou.

Trama contra o povo

O petroleiro Divanilton Pereira declarou que o depoimento da presidenta Dilma é uma contribuição que desvenda a trama contra o povo. Segundo ele, Dilma tem derrubado um a um os argumentos.

“Os alçozes contra a democracia e seus frágeis subterfúgios pelo impeachment são um a um anulados pelas verdades da presidenta. Eles tentam fugir dos registros, mas a história não os esconderá”, acrescentou.

Para Divanilton, que é secretário de Relações Internacionais da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), o governo interino de Michel Temer reflete os interesses de um “segmento antipopular, antinacional e anti-trabalho”.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

04/08/2016 - Carta Maior

O problema bilionário do Brasil

Para entender a desigualdade global, você precisa entender a desigualdade brasileira.

Há mais de dois anos atrás, em abril de 2014, o livro “O Capital no Séc. XXI”, de Thomas Piketty, foi publicado em inglês e chegou ao topo da lista de best sellers do New York Times.

O livro de Piketty tocou num nervo, ajudando a disseminar várias ideias – entre elas a de que o capitalismo não gera automaticamente uma distribuição razoável ou igualitária de renda, e que, para entender a política, é necessário prestar atenção ao 1% mais rico. Piketty focou nas concentrações de riquezas na França, no Reino Unido e nos Estados Unidos dos séculos XIX e XX, lugares onde havia a maior parte dos dados disponíveis para tais períodos.

Mas se Piketty tivesse sido – em vez de um economista – um repórter buscando entender o mundo que os extremos da desigualdade produziram hoje, não teria olhado para esses ricos países. Poderia muito bem ter escolhido se concentrar no Brasil, como Alex Cuadros fez em seu novo livro *Brazillionaires*: riqueza, poder, decadência e esperança num país americano.

Cuadros, correspondente da Bloomberg, chegou ao Brasil em 2010 com uma missão digna de um Piketty: investigar as vidas não do 1%, mas do 0,0001%. Parte do seu trabalho era elencar os bilionários do Brasil para a Bloomberg’s global wealth list (lista de riqueza global da Bloomberg) – uma espécie de classificações dos super-ricos do “U.S. News & World Report” – bem como relatar sobre seus negócios e suas vidas pessoais. Em *Brazillionaires*, ele consolidou e modelou esses perfis num retrato avançado e envolvente do Brasil moderno.

Cuadros usa o retrato do falecido magnata da imprensa, Roberto Marinho, por exemplo, para discutir como a grande mídia do Brasil retrata a raça, e através disso, suas ideias e ideologias de raça. Seu capítulo sobre Edir Macedo, um pastor na tradição do “evangelho da prosperidade”, o permite discorrer sobre as práticas religiosas em mudança.

Embora cada capítulo seja construído em torno do perfil de um bilionário particular, Cuadros inclui considerações a partir de suas próprias leituras, como também batendo perna em suas reportagens. Ele visita comunidades nas favelas, e voa em viagens de helicóptero de

1.500 dólares a hora, que seus entrevistados utilizam para evitar o emaranhado do trânsito.

O livro pode ser bem mais revelador que seus entrevistados gostariam que fosse. De fato, ele não estará disponível no Brasil: um dos bilionários em questão ficou aborrecido com o que viu na edição preliminar e as editoras brasileiras se assustaram (nota do editor: Alex Cuadros contou ao jornalista Glenn Greenwald que o bilionário em questão foi Jorge Paulo Lemann, homem mais rico do país segundo a Forbes).

O mais importante bilionário para o livro é inquestionavelmente Eike Batista.

Eike, como é conhecido, subiu tão alto quanto a 8ª posição global na lista de bilionários da Bloomberg, avaliada em mais de 30 bilhões de dólares. Ele era sincero sobre suas ambições de se tornar o homem mais rico do mundo. Eike é um piloto campeão de corridas de lancha, tem implantes de cabelo de última geração e já foi casado com Luma de Oliveira, uma modelo da Playboy e rainha do carnaval.

Um dos seus filhos, Thor Batista, costuma registrar seu enorme peitoral musculoso no Instagram e, até não muito tempo atrás, dirigia uma Mercedes-Benz SLR McLaren avaliada em mais de um milhão de dólares americanos. Eike e sua família dificilmente poderiam ser mais representativos do estilo de vida de playboy bilionário dos ultrarricos globais.

Eike também serve como símbolo dos problemas do Brasil de hoje, e cerca da metade dos capítulos de *Brazillionaires* é dedicada a ele.

A despeito do que poderiam parecer diferenças fundamentais em aparência e ideologia, Eike forjou uma relação pragmática de trabalho com os governos de centro-esquerda do Partido dos Trabalhadores. Até o momento em que Dilma Rousseff foi afastada do seu cargo por legisladores hostis no último maio, o país vinha sendo governando pelo Partido dos Trabalhadores, de centro-esquerda, desde 2003, primeiro pelo metalúrgico e sindicalista Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e, depois, por Dilma (2011-2016).

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-problema-bilionario-do-Brasil/7/36557>